



CONGRESSO NACIONAL

EMENDA Nº - CMMPV 1300/2025
(à MPV 1300/2025)

Dê-se nova redação ao parágrafo único do art. 1º da Lei nº 12.212, de 20 de janeiro de 2010, na forma proposta pelo art. 6º da Medida Provisória, nos termos a seguir:

“Art. 1º

.....

Parágrafo único. Os recursos para os descontos previstos no caput serão provenientes exclusivamente das provisões estabelecidas na Lei Orçamentária Anual (LOA).” (NR)

JUSTIFICAÇÃO

A presente emenda **tem por objetivo estabelecer, de forma clara, que os descontos tarifários previstos na Tarifa Social de Energia Elétrica (TSEE) sejam financiados exclusivamente com recursos do orçamento público federal**, por meio da Lei Orçamentária Anual (LOA), e não mais por meio de subsídios cruzados que oneram os consumidores de energia elétrica.

Atualmente, os custos associados à TSEE são cobertos pela Conta de Desenvolvimento Energético (CDE), um fundo setorial abastecido diretamente por encargos inseridos nas tarifas de energia de todos os consumidores, inclusive dos pequenos consumidores residenciais e das atividades produtivas do país. Trata-se, portanto, de uma prática que **afronta o princípio da unicidade orçamentária**, previsto no art. 165, § 5º, da Constituição Federal, **ao viabilizar políticas públicas por meio de um “orçamento paralelo” fora do controle legislativo e do teto de gastos.**



Além disso, o modelo vigente desrespeita a lógica da **responsabilidade fiscal e transfere ao consumidor final o ônus de decisões políticas**, sem o devido processo democrático de deliberação orçamentária pelo Congresso Nacional. Nesse cenário, o encargo tarifário da CDE atua, na prática, como um tributo indireto que retira competitividade da economia nacional, penaliza as famílias e empresas, e compromete o potencial de crescimento do país.

Vale lembrar que o Brasil possui uma matriz energética incomparavelmente mais limpa, equilibrada e renovável que as das grandes economias mundiais. Enquanto nos países da OCDE as fontes renováveis representam cerca de 17 a 18% da matriz energética, no Brasil elas já ultrapassam 48%, incluindo fontes como biomassa, hidroeletricidade, solar, eólica e bioenergia. Temos abundância de recursos naturais — rios, sol, vento e biomassa — que poderiam ser utilizados como vantagem competitiva global. No entanto, **essa vantagem é diluída por uma política tarifária que encarece artificialmente a conta de luz com inúmeros subsídios a políticas públicas não previstas no Orçamento.**

A CDE, originalmente concebida para apoiar políticas pontuais de desenvolvimento energético, transformou-se em um **“orçamento paralelo” bilionário**, que em 2025 deve atingir R\$ 40,6 bilhões, representando um aumento de 9,2% em relação aos R\$ 37,2 bilhões aprovados para 2024. Contudo, revisões posteriores indicaram que o orçamento da CDE para 2025 poderia chegar a R\$ 48 bilhões, considerando ajustes como a expansão da Tarifa Social de Energia Elétrica e o aumento dos subsídios à micro e minigeração distribuída (MMGD). **Com a entrada em vigor da Medida Provisória nº 1.300, que amplia a Tarifa Social para consumidores de baixa renda, o “imposto” setorial pode atingir R\$ 50 bilhões.**

A presente emenda não elimina o subsídio à tarifa social, mas transfere seu custeio para o orçamento público, o único instrumento legítimo e democrático de alocação de recursos públicos. Com isso, assegura-se que qualquer despesa com benefícios tarifários seja transparente, controlada, aprovada pelo Congresso Nacional e **submetida às regras fiscais do país.**



Por fim, a emenda promove o uso mais racional da energia, melhora a competitividade da economia brasileira e **reduz os efeitos negativos da chamada “contabilidade elétrica criativa”**, que cobra mais do consumidor para, depois, devolver apenas parcialmente sob o pretexto de modicidade tarifária. Trata-se de uma medida justa, transparente e necessária para reequilibrar a política energética nacional.

Diante do exposto, solicitamos o apoio dos Nobres Parlamentares à aprovação desta proposição.

Sala da comissão, 26 de maio de 2025.

Deputado Marcel van Hattem
(NOVO - RS)

